

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 30 de novembro de 2022 - Ata n.º 114.

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **114.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Solicito ao Deputado Gilson, 2.^º Secretário, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 113, de 29 de novembro de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Adelino Ribeiro – PSD): Sim, Deputado Ademar Traiano.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 3265/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 3171/2022, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 3264/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 3158/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 3263/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 2778/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 3260/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 3000/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 3267/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1765/2022, do Deputado Tercílio Turini; **Ofício n.º 3266/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 1762/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 569/2022** do Governador do Estado, comunicando a restituição do Projeto de Lei n.º 150/2022; **Ofício n.º 567/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 493/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.272; **Ofício n.º 3269/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho ao Requerimento n.º 1454/2022, do Deputado Goura e demais Parlamentares; **Ofícios n.ºs 3259 e 3262/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 1271/2022, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 3261/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 3127/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 3234/2022** da Casa Civil, encaminhando as licitações promovidas no

âmbito da Copel, em outubro de 2022. Era o que tínhamos, Deputado Ademar Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos membros da Afrebras Paraná, Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil, representando as indústrias regionais de bebidas do Paraná, Manoel Marques, Paulo Pagani, Jean Fonseca e Albino Ferracini Neto, por solicitação do Deputado Dr. Batista. Primeiro orador inscrito, Deputado Dr. Batista.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Dr. Batista; Gilson de Souza; e Luciana Rafagnin.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente, vou fazer uso da palavra rapidamente daqui justamente para fazer até uma homenagem para esses lutadores com essas empresas com mais de 60 anos, tanto lá em Maringá, como Paranavaí, Cianorte, ou seja, distribuídas em todo o Estado do Paraná. O trabalho que você faz, não é, Manoel Marques e todos vocês que já foram anunciados aqui para todo o Estado do Paraná e parabenizar pelo trabalho brilhante que vocês fazem. Com os seus funcionários, tenho a satisfação até de fazer palestra sobre medicina preventiva na empresa de vocês. Sempre bem recebido e, olha, vocês fazem um trabalho não só na parte comercial como também na parte da saúde cuidando bem dos seus funcionários. Por isso teria que parabenizar como Médico que faz parte de todas as Cipats que vocês nos convidam. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Gilson de Souza.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Senhor Presidente, permita-me falar daqui mesmo. Bem breve. Apenas para comunicar o falecimento de um amigo, de um irmão, Pastor Flávio Hermes, que hoje de manhã por volta das 11h30 veio a falecer. Pastor Flávio Hermes foi pastor em Foz do Iguaçu, pastor em Paranaguá, também superintendente da região ali do Litoral, Pontal do Paraná. Pastor Flávio

Hermes também era o nosso Secretário Nacional de Cidadania da Igreja do Evangelho Quadrangular do Brasil. Alguém que trabalhou bastante, lutou muito por esta igreja e desempenhou um grande papel como pastor e deixou também seus filhos, que são pastores: Rafael e o Fábio, e também a Talita, e a esposa Ivanilda. Aqui expressamos o nosso profundo pesar, que Deus fortaleça esta família e que possam seguir adiante, levando sempre à frente o legado que foi deixado, o legado ministerial do Pastor Flávio Hermes. Só gostaria, então, de deixar registrado o falecimento dessa pessoa tão querida e especial para nós. Obrigado, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, Deputadas e todos que nos acompanham nesta tarde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, público que acompanha esta Sessão, visitantes que aqui estão, quem nos acompanha também pelas redes sociais. Senhor Presidente, venho a esta tribuna neste dia para reforçar, primeiro a importância e parabenizar o Deputado Tadeu pelo Projeto 132/2021, que institui o dia 14 de março como o *Dia Marielle Franco*. Dia de enfrentamento à violência política contra mulheres, contra mulheres negras, LGBTQIA+ e periféricas. A importância de termos um dia que realmente possa aqui, Deputada Mabel, trazer menção e uma reflexão sobre a violência que ocorre contra a mulher. E sabemos que a violência contra a mulher, a violência política contra a mulher ocorre de diversas formas e contra a mulher negra ainda mais. Então, é muito importante a aprovação desse Projeto, é muito importante que aqui possamos ter, no Estado do Paraná, esse dia, que seja, então, um dia celebrado, um dia de reflexão sobre esse enfrentamento à violência política contra as mulheres negras. O que mais me leva a esta tribuna, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, é a preocupação... E aqui quero, novamente, abordar a preocupação com os vários Projetos que chegaram a esta Casa, Projetos que são importantes, Projetos que têm impacto direto na vida do povo paranaense, e que chegaram há pouco mais de oito dias e já estão sendo votados sem

podermos aqui estudar, aprofundar um pouco mais cada Projeto desses. O Governo Ratinho... Primeiro, vamos falar um pouco ainda do Projeto da Copel. Volto a dizer: um Governo que traiu o povo do Paraná, porque na campanha prometeu não privatizar a Copel e infelizmente, aqui, com o consentimento da maioria dos Deputados, autorizaram para que o Governo Ratinho privatize a nossa Copel, a maior estatal. Vou voltar aqui a falar dessa empresa rentável ao Estado do Paraná e que infelizmente, sem termos aqui uma maior compreensão do porquê o Governador Ratinho privatiza ou pelo menos pede autorização aqui para privatizar a Copel. Mas, mais do que isso, a preocupação é com todos esses Projetos que ele encaminha à Casa, que não para com a privatização da Copel, que não para com o seu pensamento de privatização das nossas estatais, mas, sim, vai em serviços essenciais à população, como é a questão da saúde, como é aqui agora o debate da privatização dos três hospitais, de Ivaiporã, Telêmaco Borba e Guarapuava, prevendo aí a terceirização desses hospitais, ou seja, a privatização desses hospitais, prevendo aí a terceirização dos serviços de segurança, como é a questão aqui dos presídios do nosso Estado do Paraná, como é a questão da privatização da educação. E falo até no sentido de que o Governador, volto a falar, ele não está conseguindo governar o nosso Estado do Paraná, ele simplesmente está gerenciando o orçamento do nosso Estado, porque ele está passando para a iniciativa privada tudo que é de competência de um Governador, tudo que é de competência do Estado governar, tudo que é de responsabilidade do Estado, como é a questão principalmente da saúde, da segurança e educação. E aqui também é o descaso, Deputada Mabel, que tem o Governador quando encaminha este Projeto ferindo toda autonomia do Colégio Estadual do Paraná, ferindo a autonomia da nossa biblioteca, Biblioteca Pública do Estado do Paraná, que tem uma história de 160 anos, e que o Governador simplesmente ignora isso tudo. Fere a autonomia então da nossa Biblioteca Pública. Fere a autonomia, comprometendo a sua gestão e fere também a autonomia do Colégio Estadual do Paraná. É difícil de entendermos como pensa tão pequeno o Governador do Paraná com relação à saúde, à educação, com relação à segurança. E aqui sem entrarmos no debate, então, também da

agricultura familiar, que está completamente esquecida por este Governo. É importante destacar aqui que o Governo, e um Governo quando assume, ele deve assumir e o seu compromisso... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Um Governo quando assume, ele assume com compromisso de trabalhar, de fazer o melhor para o povo do seu Estado, como com certeza fez o juramento o Governador Ratinho, mas fazer o melhor para o Estado é atender às necessidades do nosso povo. Deputada Mabel, quero reforçar aqui o seu pronunciamento de ontem. A saúde está um caos e o Governador não está fazendo nada. Temos que neste momento nos solidarizar com todas as vítimas também que foram atingidas pelas fortes chuvas no dia de ontem, principalmente o município de Morretes, Guaraqueçaba, os municípios do litoral que foram atingidos pelas fortes chuvas, e não sentimos também esse comprometimento do Governo Ratinho Junior. Então, é importante que o Governo se dê conta de que ele precisa cuidar do povo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputada.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Encerrando, Sr. Presidente. É importante que, em vez de privatizar, ele assuma o que é de competência dele e venha a cuidar realmente do povo que mais precisa de apoio do Governo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, no Grande Expediente, Deputado Goura.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Goura.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*, enquanto...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Enquanto o Deputado Goura se dirige à tribuna, até porque vou citá-lo, gostaria de registrar aqui na Tribuna de Honra desta Casa a presença da Sr.^a Katiane Gouvêa, que é Presidente do Centro Brasileiro de Inovação e Sustentabilidade. Ao mesmo tempo, também, do Diretor Jurídico da entidade, o Gladiston Gonçalves Gouvêa, porque fui até signatário, coautor de uma Lei Estadual que recentemente o Governador do Estado Carlos Massa sancionou, a Lei de 1.^º de agosto de 2022, que instituiu no Estado do Paraná uma Lei de Incentivo à Cultura do Bambu. Essa lei, na verdade, teve iniciativa do Deputado que está na tribuna, o Deputado Goura. Hoje até tive uma reunião, ainda antes de vir para cá para a Sessão, no nosso Gabinete Parlamentar, com a Katiane Gouvêa. E, ainda, também, hoje pela manhã, cedo, o Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, Norberto Ortigara, constituiu um grupo de trabalho. É uma câmara técnica para justamente a aplicação da Lei que foi criada aqui nesta Casa e da qual, aliás, a Katiane também tem uma participação muito expressiva aqui, e entusiasta em relação à cultura do bambu, como uma fonte de renda, mas uma das fontes de renda na área da silvicultura no Estado do Paraná. Então, Deputado Goura, estou fazendo *pela ordem*, mas coincidentemente V.Ex.^a está na tribuna, então, pode até complementar e aduzir mais argumentos que efetivamente acho que a lei está começando a gerar os efeitos que pretendemos, inclusive com essa decisão tomada hoje pelo Secretário Norberto Ortigara. É isso. Obrigado! Obrigado pela presença também!

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Secretário Romanelli! Que bomvê-la, Katiane, aqui, a equipe da Abrafibra. De fato, Deputado Romanelli, acho que é uma feliz lembrança aqui que o senhor traz, que foi a aprovação da Lei do Bambu aqui no Estado do Paraná. E essa notícia que o senhor traz agora da instalação de uma câmara técnica para aplicação, para regulamentação da lei. Isso é motivo de muito orgulho porque vemos o nosso trabalho repercutindo e transformando de

fato o Estado. Tivemos reunião em Brasília já, na Câmara Federal, com o Vice-Líder na ocasião, acho que Vice-Líder do Governo que nos recebeu, onde também debatemos que é necessária uma política de incentivo, de estímulo, de fomento à pesquisa, Deputado Romanelli. Lembrando que o bambu é essa planta que tem vários usos para a construção civil, para o vestuário. A fibra do bambu pode ser utilizada para roupas, para a alimentação. O broto do bambu é extremamente nutritivo, saboroso. E, também, para recuperação de solo, para biomassa, muitas coisas. Que bom! Fico feliz com esse lembrete. Obrigado, Deputados! Alguns assuntos aqui. Inscrevi-me no Grande Expediente até para dar tempo. Primeiramente, Sr.^s Deputados, acho que cumpre todos nós aqui uma palavra de extrema solidariedade às vítimas que ainda estão desaparecidas na BR-376. Deputado Caputo, vemos com muita apreensão esse ocorrido e expressamos aqui a nossa solidariedade. Hoje mesmo, parabenizo, Sr. Presidente, a Mesa. A partir da sugestão que fizemos em Plenário, a Assembleia já está recebendo ou estará nas próximas horas recebendo doações para as famílias atingidas pelas chuvas na grande Curitiba, mas também no nosso litoral. Recebemos vídeos extremamente preocupantes de Guariqueçaba. Morretes está submersa praticamente boa parte da cidade. E é necessária, sim, toda uma rede de solidariedade, de apoio. Estamos falando de famílias que perderam também todas as suas posses. Então, que haja essa movimentação efetiva do Estado em dar o auxílio, e a Assembleia tem que fazer a sua parte. Aproveito também, Sr. Presidente, e aqui os Deputados que representam o Governo do Estado, assim como tivemos uma situação durante a pandemia da criação de um auxílio emergencial para as pessoas que foram atingidas pela pandemia e que não puderam exercer as suas atividades profissionais, também que o Estado possa, Deputado Marcel, dar um apoio efetivo, quem sabe um auxílio emergencial para as famílias atingidas por essas catástrofes. E, falando nisso, acho que cumpre também entendermos que não são apenas catástrofes, eventos que não estão concatenados, Deputado Amaro, com uma situação muito maior e que temos denunciado há tempos aqui. Temos que, sim, dar um nome a isso, isso é uma consequência da crise climática. Não é apenas uma chuvarada, não é apenas

uma tempestade, não é apenas uma situação esporádica que ocorre. É, sim, consequência disso que tem sido colocado como o maior desafio dos nossos tempos. As chuvas intensas, seguidas de deslizamentos e enchentes, já contabilizam mortes e prejuízos socioeconômicos diversos em todo o território nacional e agora, desta vez, foi aqui no nosso Estado. São consequências, como disse, da crise climática e é isso que estamos vivendo e são esses problemas que devem ser tratados. Evidentemente aqui fazemos a crítica que o Estado não pode agir apenas na propaganda, temos que ter, sim, uma devida preparação para esses eventos, que serão cada vez mais corriqueiros e mais intensos em todo o planeta. O Secretário-Geral da ONU, Antonio Gutierrez, na abertura da COP27, a Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, que acabou há poucos dias, lembrou que: "Esta é a questão que define a nossa era, é o desafio central do nosso século." Afirmou ele que a humanidade tem uma escolha: cooperar ou perecer. Para ele, é necessário estabelecer um pacto de solidariedade climática ou um pacto de suicídio coletivo. Lembrando a todos que estavam presentes que o tempo estava passando, o chefe da ONU disse: "Estamos em uma estrada para o inferno climático, com o pé no acelerador." O sexto relatório do IPCC, no painel intergovernamental sobre mudanças climáticas, lançado em 2021 e escrito por mais de 200 cientistas de mais de 60 países, com cerca de 14 mil estudos individuais, é tido como um alerta vermelho para a humanidade e já havia alertado que aumentarão, como disse, a intensidade e a frequência de precipitações extremas na nossa região. E o que está sendo feito sobre isso? O nosso Estado do Paraná emitiu cerca de 78 milhões de toneladas de carbono em 2020, o principal gás responsável pelo aquecimento global; quase 57% dessas emissões decorrem da agropecuária. E o que está sendo feito sobre isso, para uma transição para uma agricultura de baixo impacto? Outras fontes de emissão no Estado dividem-se entre resíduos, 9%, processos industriais, 4%, e uma das maiores, 30%, que é o setor energético, com destaque para o transporte. Atualmente o Paraná tem a segunda maior frota e a maior relação veículo/habitante do Brasil, com um crescimento dez vezes maior do que sua população nos últimos anos. O primeiro e único inventário estadual de emissões

de gases de efeito estufa é de 2013, quando o Brasil apresentou na ONU o compromisso de reduzir as suas emissões entre 36% e 38% até 2020. Além de o Brasil não ter cumprido a meta e ter feito uma pedalada climática na atual gestão do Governo Federal, que simplesmente ignorou o tema, no Paraná a redução das emissões desde 2013 foi de apenas 3%, dez vezes menos do que precisamos minimamente fazer. O que é pior ainda, Deputados, sequer demos continuidade ao pouco que vinha sendo feito, já que o Governo Ratinho Junior desmontou e desviou a finalidade de órgãos ambientais estaduais, suspendendo o programa Bioclima, ambicioso em suas medidas de proteção, de mitigação e adaptação climática, e em seu lugar adotou o *Programa Sinais da Natureza*, modesto e pouco transparente. Enquanto isso, este é o principal assunto que trago aqui, o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas continua desativado. A inexistência de um inventário de emissões atualizado e de um plano de ação climática aplicável, com medidas de mitigação e adaptação, deixa claro que o nosso Estado não tem priorizado a questão em suas políticas públicas. Sendo assim, reforçamos a demanda pela elaboração urgente, participativa e detalhada de um Plano Estadual de Ação Climática que especifique ações de mitigação e adaptação, com participação de todas as Secretarias de Estado e representantes da sociedade civil, com a descrição de Projetos, objetivos, prazos, responsáveis, custos e previsão orçamentária. Os eventos a que assistimos, senhores e senhoras, serão mais frequentes e mais intensos e o Estado precisa estar devidamente preparado para que, em 2023 e 2024, não apenas lamentemos mortes, lamentemos tragédias, mas que tenhamos, sim, um enfrentamento efetivo destas situações. Senhores Deputados, ainda no tempo que me resta, temos vários Projetos em pauta que a Oposição já criticou com legitimidade, especialmente devido ao regime de urgência, que retira a prerrogativa do amplo debate. Obviamente que há algumas coisas positivas e que há quatro anos estamos defendendo aqui, o próprio Governo Ratinho Junior subtraiu a Secretaria da Cultura a uma Superintendência e agora vemos na proposta do Governo o retorno da Secretaria da Cultura. Louvamos isso? Óbvio que sim. Óbvio que sim. Assim como louvamos a iniciativa de uma Secretaria das Cidades, de uma Secretaria do Esporte e assim

por diante. Mas queríamos ter debatido isso amplamente com o conjunto da sociedade, especialmente porque, nesta ampla reforma administrativa, questões polêmicas estão presentes e dentre elas citamos a mudança na gestão do Colégio Estadual e aqui especialmente também a mudança na gestão da Biblioteca Pública do Estado do Paraná. Fui solicitado, senhoras e senhores, e farei uso aqui da tribuna para isso, para fazer uma leitura de uma carta dos servidores e das servidoras da Biblioteca do Estado do Paraná, que faço aqui com muito gosto: "Senhores Deputados, sou a Biblioteca Pública do Paraná e neste ano completei 165 anos de existência. Já passei por várias sedes e em 1954 o então Governador Bento Munhoz da Rocha construiu minha sede própria, localizada no centro de Curitiba. Em 1980, adquiri personalidade jurídica, passando a ser um órgão de regime especial, com orçamento próprio, e desde então deixei de ser apenas um depósito de livros e me tornei um centro cultural que atende a cerca de 2 mil usuários por dia. Além disso, atendo a 482 bibliotecas municipais do Estado, com treinamentos e repasses de livros por meio do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais e ainda possuo a única rede de bibliotecas do Brasil, a rede Pergamum. Só neste ano realizei, por meio desse sistema que muito fomenta a integração cultural do nosso Estado, encontros regionais no Oeste e Centro-Oeste paranaense; o primeiro, em Campo Mourão, reuniu participantes dos municípios de Cafezal do Sul, Campo Mourão, Guaporema, Janiópolis, Juçara, Maria Helena, Ourizona, Peabiru e Quinta do Sol; o segundo, em Cascavel, contou com a presença da equipe da Biblioteca e representantes de bibliotecas da região e o evento promoveu, em seus três dias de programação, debates e atividades de formação sobre o tema: A biblioteca pública e a memória local. Hoje, conto com uma sucursal no município de Paranaguá, a Biblioteca Mário Lobo, que atende à cidade litorânea com empréstimos de livros e atividades culturais. Em acréscimo a todas essas atividades, também faço o repasse de materiais e doações recebidas, visando contribuir com a manutenção do acervo das bibliotecas públicas e municipais. Só neste último ano, foram mais de 14 mil materiais repassados para 126 municípios do Paraná. Aqui em Curitiba, onde já fui considerada pela população o espaço cultural mais querido da cidade, meus projetos e atividades

são numerosos. Desde 2013, meu coral infantojuvenil, a Cantateca, faz apresentações em diversos locais e municípios do Paraná, tendo participado de espetáculos notórios, como o Dia da Criança, em Curitiba. Realizo duas vezes por ano uma noite na biblioteca, onde recebo crianças de 7 a 10 anos, que passam uma noite com atividades que incluem apresentações teatrais, contação de histórias e jogos dentro da biblioteca. O meu grupo de Contação de História Era Uma Vez foi até Goiás receber, este ano, o Prêmio Baobá, que é o Oscar de Contação de Histórias. Dentre as diversas atrações culturais que promovo para as crianças do nosso Estado, tem o Cine Pipoca, também as aventuras literárias, onde autores dialogam com nossos jovens leitores sobre a importância da leitura nas primeiras fases de vida. Para todos os públicos de todas as idades e de todos os lugares realizo anualmente a Festa Literária da Biblioteca, que neste ano teve a sua sexta edição contando com mais de 40 convidados e 30 atrações. Também promovi ainda um encontro de editoras independentes da nossa região. Também tenho o único jornal literário editado por uma Biblioteca Pública do Brasil, o Jornal Cândido, que completou 11 anos de publicação. Sabendo da importância do direito de todos à cultura e também da necessidade de inclusão, mantenho um trabalho assíduo com uma seção dedicada a pessoas com deficiência. Ofereço, com isso, cursos de Braille para toda a população e sessões diárias de filmes com áudio e descrição para pessoas com deficiência visual. Com imenso zelo pela cultura e memória do nosso Estado, restauro os meus livros, que são danificados por circularem entre milhares de usuários, todos os dias. Mesmo com toda essa diversidade e atividades que viabilizo, não deixei de cumprir o meu papel de biblioteca. Empresto cerca de 500 livros por dia e disponibilizo jornais e revistas para leitura, preservando a memória histórica e literária, com o maior acervo de documentação do Paraná. Não é à toa que me chamo Biblioteca Pública do Paraná. Minha importância e valor se estendem por todo o meu Estado. Minha reputação vem sendo construída nesses 165 anos com diligência e amor pela cultura paranaense. Apelo aos senhores... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Presidente. “Apelo aos Sr.^s Deputados que não permitam que retorno a ser somente um depósito de livros. Deixem-me continuar como centro cultural e retirem o art. 57 do Projeto de Lei.” Essa é a carta.

Deputado Michele Caputo (PSDB): Deputado Goura, posso?

DEPUTADO GOURA (PDT): Por favor, Deputado Caputo.

Deputado Michele Caputo (PSDB): Deputado Goura, o senhor sabe que na minha vida política tenho orgulho de muitas coisas e também me arrependo de tantas outras. Mas um orgulho que tenho foi ter votado em você para Prefeito de Curitiba, Deputado Goura. Você é um cara brilhante, trata questões aqui de forma muito sincera, com pensamento de hoje e de amanhã. Parabéns, Deputado. Quero vê-lo muito mais de onde você está hoje. Parabéns, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Deputado Caputo. Agradeço muito as palavras de Vossa Excelência. Concluo aqui, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Peço que conclua, por favor.

DEPUTADO GOURA (PDT): Concluo, Presidente. Sabendo do processo dialético, da dificuldade, a política nem sempre é a obtenção do ideal que queremos, mas é, sim, a construção de consensos possíveis. Deixo aqui o meu respeito aos servidores da biblioteca, à população. (Manifestações nas galerias.) Os meus respeitos à Biblioteca Pública do Paraná. Estejam certos todos de que lutaremos por orçamento. Lutaremos pela gestão da nossa biblioteca e pelo fortalecimento das políticas culturais em todo o Estado. Obrigado, Sr. Presidente. (Manifestação nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Peço, por favor, antes da fala, antes da fala do Deputado Tadeu, vou fazer a leitura rápida aqui de mais oito mensagens que acabam de chegar à Casa: Mensagem n.^o 117/2022 do

Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 517/2022**) que altera a Lei n.º 20.077, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020 a 2023; Mensagem n.º 118/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 518/2022**) que altera o inciso II do art. 30 da Lei n.º 20.072, de 18 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de bem imóvel ao município de Tamanara; Mensagem n.º 119/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 519/2022**), que altera o art. 3.º da Lei n.º 20.107, de 19 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga a PR-364 ao município de Rebouças e a rodovia Jacó Schutz, que liga a PR-218 à BR-376, no município de Paranavaí; Mensagem n.º 120/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 520/2022**) que altera a Lei n.º 14.975, de 28 de dezembro de 2005, que cria o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – Fecon, conforme especifica e adota outras providências; Mensagem n.º 121/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (**autuado sob o n.º 10/2022**) que altera e revoga dispositivos da Lei n.º 17.959, de 11 de março de 2014, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Estadual de Atenção em Saúde do Paraná – Funeas Paraná; Mensagem n.º 122/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 521/2022**) que dispõe sobre o abono de falta dos estudantes e profissionais da educação e a reposição e/ou a compensação de conteúdo escolar aos estudantes da rede pública estadual de ensino convocados para participarem de seleções estaduais e nacionais e/ou competições desportivas oficiais homologadas pelas confederações dos esportes olímpico e paraolímpico em eventos estaduais, nacionais e internacionais; Mensagem n.º 123/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 522/2022**) que dispõe sobre a gestão dos

Hospitais Universitários Estaduais no âmbito no Estado do Paraná; Mensagem n.º 124/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 523/2022**), que fixa, a partir de 1.º de janeiro de 2023, o piso salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização, e adota outras providências. São essas as mensagens que acabo de anunciar.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, permita-me só fazer um registro aqui. Não sei por que não chegou aqui a informação do cerimonial. Temos uma delegação importante do município de São Jerônimo da Serra aqui hoje. Além do Presidente da Câmara de Vereadores e dos Vereadores da cidade, também temos a nossa Câmara Mirim aqui. Pediria que ficassem em pé aqui as nossas Vereadoras e Vereadores Mirins da nossa querida São Jerônimo da Serra, que representam a sede e os distritos. (Aplausos.) São todos muito bem-vindos. Foram eleitos em um processo democrático nas escolas e efetivamente estão já há seis meses exercendo a função de Vereadores Mirins, do nosso querido município de São Jerônimo da Serra. Então, a vinda deles aqui é sempre uma honra para todos nós. A Assembleia Legislativa os recebe e os acolhe respeitando naturalmente esse ato de cidadania, que jovens ainda já estão realizando. Cumprimentando também o Vereador Edmundo e a Câmara de Vereadores de São Jerônimo, pela bela iniciativa que está sendo feita. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sejam todos bem-vindos à nossa Casa. Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Tadeu Veneri (PT); Michele Caputo (PSDB); Arilson Chiorato (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, nossos visitantes. Fazer uma saudação especial a todos os trabalhadores, às trabalhadoras da Biblioteca Pública do Paraná, um patrimônio

histórico que temos, que sabemos que está fazendo uma luta que gostaríamos que não fosse necessária. (Manifestações nas galerias.) Como já disse aqui o Deputado Goura, há uma emenda que o Governo diz ser aquela que de certa forma resolve em parte o problema que está sendo criado pelo próprio Governo, quando retira a autonomia da Biblioteca Pública e teoricamente recompõe o seu orçamento. Vamos votar contra. Votamos contra na CCJ, alguns estavam acompanhando. Votamos contra na CCJ e vamos votar contra a orientação para a nossa Bancada, inclusive, é votar contrário. Por quê? Porque não adianta, Deputado Arilson, dizermos no papel que ainda que a Biblioteca Pública esteja dentro da Secretaria da Cultura, ela terá “autonomia”. Não terá autonomia orçamentária porque o orçamento é o orçamento da Secretaria e não da Biblioteca. Então, acho que é preciso que jogue às claras as coisas, porque criar ilusões para a população, criar ilusões para aqueles que trabalham, criar ilusões para quem quer ser iludido, é um direito. Aceitar essas ilusões, acredito também que é um direito, mas é uma coisa bastante esdrúxula, porque sabemos que está em curso um processo de desconstrução de toda a educação, de toda a cultura, dos hospitais universitários, pelo Governo do Governador Carlos Massa. O Governador Carlos Massa talvez faça história, Deputada Mabel, como o Governo que mais destruiu no Paraná. Não há uma rodovia duplicada no Paraná feita pelo Governador. Não há um hospital que se possa dizer que foi construído neste Governo, entregue neste Governo, mas estão sendo desconstruídos. Não há um concurso público para professores ou para a saúde, Deputado Michele, mas estão sendo desconstruídos. Então, não vamos aceitar esse tipo de coisa, pelo menos não vamos colocar o nosso nome nessa história. E quero aqui também, Sr. Presidente, rapidamente fazer aqui um registro e deixar a preocupação, mas ao mesmo tempo repúdio, ao que está ocorrendo com algumas pessoas, ou sei lá o que, falei ao Deputado Maurício, hoje a empresa, talvez uma das empresas mais tradicionais do Paraná, Deputado Marcel, o Boticário, falei ao senhor há pouco, estava bastante preocupada na parte da manhã por conta de um áudio que circula, um áudio que foi, em princípio, publicado pela *Folha de São Paulo*, que recebeu, onde sabe-se lá quem, e não podemos achar que é um maluco qualquer,

porque esses malucos estão tomando conta do Brasil, dado o clima de ódio que foi criado e incentivado inclusive por Jair Bolsonaro, quando ele fala que todos aqueles que fazem o “L” tem que levar um tiro na cabeça, onde ele diz que no prédio onde ele mora há 17 militares e quinze fazem o “L”, se for o irmão dele tem que dar um tiro. Em princípio achamos bravata, mas na sequência ele fala também que o Boticário, Natura, Magazine Luiza, são empresas que financiam o comunismo. Não se sabe exatamente se essa pessoa está dentro do hospital psiquiátrico ou está nas ruas, acredito que está nas ruas, o que é mais grave. E obviamente que o Boticário aqui, uma empresa como falei, uma das maiores empresas que temos no Paraná e no Brasil, tem motivos para preocupação. Se não impusermos limites a esses bandidos, a criminosos, como esteve hoje ou ontem, Deputado Requião, um sargento da Marinha, que é do GSI, do GSI de Brasília, desde 2016, do Governo Temer, dizendo que Lula não subirá a rampa porque ele pessoalmente vai fazer por onde. Se não for preso hoje, hoje, se não for, é criminoso, é bandido, e bandido são aqueles que o defendem, criminosos são aqueles que o defendem, e neste Parlamento não podemos aceitar que um Sargento, um Sargento da Marinha, em horário de trabalho, ou fora dele, vá a manifestações, e essas manifestações estão acontecendo e pedindo golpe, e lá diga que o Presidente eleito não vai subir porque ele não quer que suba, ele não quer que suba. Então, é a mesma coisa que algum maluco dizer que o Deputado Amaro não vai tomar posse porque ele não quer que tome, o Delegado Fernando não vai tomar posse porque ele não quer que tome, mesmo o senhor tendo sido eleito. Então, acho que é muito grave o que está acontecendo, porque hoje é o Lula, amanhã serão os senhores. Se alguém aqui acha que está livre, leve, solto, dos malucos, irresponsáveis, criminosos, esqueça. Sessenta e quatro, 68, começou com os inimigos do regime, e concluiu com aqueles que ajudaram a instalar o regime. Lembro muito que Carlos Lacerda foi um dos primeiros a ser cassados e ele era um dos que mais incentivava a ditadura militar. O que está em jogo é esta Casa e todas as Casas Legislativas e todos os Poderes que temos no Brasil. E não vamos ficar calados diante disso. Por isso, Sr. Presidente, fica aqui a nota de repúdio e a solidariedade à empresa Boticário e todas as outras empresas

que estão sendo ameaçadas, como a Natura e o Magazine Luiza. Esse Parlamento não pode se calar. E quero dizer mais, Sr. Presidente, temos aqui, e V.Ex.^a ontem já se manifestou, uma PEC, PEC 3, está tramitando, e a PEC 3 pretende retirar algumas das prerrogativas, poucas, que esta Casa tem. Acredito que não vai passar, pelo menos na Comissão que estamos, estou nesta Comissão, espero, não sei quem será o Presidente, não nos reunimos ainda para deliberar sobre o Presidente, o Vice, e Relator, aliás, mas espero que não passe. Assim como espero que não passe também, Sr. Presidente, temos dito que a PEC dos Bombeiros. Não é PEC dos Bombeiros. Se queremos fazer uma PEC dos Bombeiros faça uma PEC separada, só para os Bombeiros. Façamos uma Audiência Pública só para os Bombeiros. Agora, não misturem os Bombeiros com a retirada de prerrogativas da Assembleia Legislativa, não misturem a Assembleia Legislativa e os Bombeiros com isso que está aqui, e que ontem rapidamente falei, que é a retirada, no 15.^º artigo da PEC, ela retira o art. 39 da Constituição Estadual. Se a Biblioteca é um problema, se o Colégio Estadual é um problema, e achamos que é um problema se for feito da forma como está, imaginem os senhores o que significa retirar, Deputado Romanelli, da Constituição, o art. 39, que diz: “É vedada a contratação de serviços de terceiros para realização de atividades que possam ser regularmente exercidas por servidores públicos”. Isso significa a Biblioteca, mas isso significa também a saúde, significa a educação. E mais ainda, Deputado Pacheco, na sequência diz: “Bem como para cobrança de débitos tributários dos estados e municípios”. O Estado do Paraná quer transferir as dívidas de Estados e municípios para terceiros. Ratinho quer passar que banco faça a cobrança. O que é isso? Quer dizer, vai acabar com o Estado definitivamente, não vai mais ter Procuradoria por que para serve? E não sou eu que estou dizendo, está aqui, oh, pega a PEC 3, olha lá o que ela diz no art. 15.^º, o que ela propõe, aliás, quem tiver com a PEC pode olhar porque está na segunda página, é a parte de cima, Deputada Cristina, lá em cima, na primeira linha: “É vedada a contratação de serviços de terceiros para realização de atividades que possam ser regularmente exercidas por servidores públicos”. Professores, Médicos, Dentistas, Servidores de Pesquisas podem ser regularmente feitas essas

atividades por eles. Aqui é vedado, bem como cobrança de débitos e tributários de Estados e municípios, também isso a nossa Constituição proíbe. O que Ratinho quer? Retirar, aí o município contrata, não precisa ter mais ninguém que faça cobrança. O município não precisa mais fazer a cobrança. Contrata um banco, contrata uma empresa, o Estado não precisa mais fazer cobrança, terceiriza. Mas é esse o papel do Estado. Se já está vendendo Copel, está vendendo Sanepar, está vendendo Compagas, agora vai vender a dívida tributária? Vai retirar a possibilidade de termos concursos para os próximos sei lá quantos anos? Amanhã contratamos uma empresa, Deputada Mabel, que vai administrar os hospitais e vai colocar os seus funcionários, como está sendo esta “experiência”, e acho malfadada, de privatizar 27 escolas. Perderam a vergonha! Perderam a compostura!

Deputada Mabel Canto (PSDB): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): É um absurdo que o Estado mande uma PEC para cá dizendo que é dos Bombeiros, quando na verdade é isso aqui que está em jogo, é desconstrução do Estado do Paraná. Concedo-lhe um aparte, Deputada Mabel.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Parece-me, Deputado Tadeu, que o Governo está usando justamente os Bombeiros, uma instituição séria, renomada, para enfiar aí um pacote de ainda mais maldades ao Estado, à população paranaense. Então, precisamos rever essas questões. E a pergunta que quero fazer: Será que o Governador não quer entregar e terceirizar o cargo também? Já que ele está terceirizando tudo, vamos terceirizar o cargo de Governador também. Aí acaba com tudo isso. Pelo jeito ele não quer mais gerir nada. Obrigada, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Fico... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Fico surpreso quando vejo o Governo mandar para cá uma mensagem dizendo que ele pode vender imóveis sem passar por aqui, ninguém mais fiscaliza, vira um negócio de amigo, vende a chácara lá Canquiri, mas não precisa passar para analisar aqui, entre eles resolvem, Deputado Galo, resolvem. A Assembleia, a Assembleia vai fazer o quê? Talvez o chá das cinco, se o Governador permitir que haja chá. Então, fica aqui o repúdio a esse tipo de atitude, porque acho que merecemos mais respeito. *Ah, não! Podemos retirar aqui.* Não deveriam nem aceitar uma PEC como essa. Acho que não há nem como ter, passamos na CCJ a admissibilidade da PEC, mas analisá-la, não deveríamos nem aceitar, porque destrói o Estado, retira poderes da Assembleia e diz que o problema são os Bombeiros. O Bombeiro não é problema, não é problema os Bombeiros, o problema é você fazer este artigo que está aqui, que acaba... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado. Próximo orador, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, membros da Mesa, Deputados, Deputadas, e todos que nos acompanham. Fiz questão de usar a palavra agora, porque queria fazer um aparte na fala deste grande Deputado que esta Casa perde para a Câmara Federal, graças a Deus, porque ele vai fazer muito bem lá no Congresso Nacional, o Deputado Tadeu Veneri. Primeiro para endossar o que esta Líder do PSDB, que tenho a honra de ser liderado por você, Deputada Mabel, que menciona a questão dos Bombeiros. Fui Secretário de Estado da Saúde e fui Secretário Municipal da Saúde de Curitiba e sempre trabalhei muito perto dos Bombeiros e sei da extrema importância dos Bombeiros. E só dois Estados do Brasil, o Paraná inclusive, São Paulo deve mudar isso agora, mantém o Bombeiro subordinado à Polícia Militar. Já tinha empenhado o meu apoio à causa dos Bombeiros. Conversei com a minha Líder, com você, Deputada Mabel, ontem, mas a hora que você vê que isso está embutido em uma série de coisas, fica muito claro e dá margem a achar que estão querendo trabalhar a credibilidade dos Bombeiros para fazer um monte de outras

coisas. Então, o primeiro objetivo meu dessa conversa era essa questão de deixar claro, que tenho esse compromisso com o Corpo de Bombeiros. Acho que o Corpo de Bombeiros tem uma missão, no mundo, e mesmo no Brasil, que está desvinculado das Forças Armadas, da questão policial, e não é demérito para ninguém. Mas se ficar do jeito que a PEC está vindo, Deputada, e você nos representa lá na Comissão Especial, vamos ter que mudar o conceito e os compromissos que tinha assumido com o Corpo de Bombeiros, porque do jeito que veio é um jeito que não dá para aceitar. Então, vou seguir a sua liderança. Vou seguir a minha coerência, como sempre fizemos aqui. A outra questão, é algo que está faltando neste País, neste Estado e já passou da conta, é a falta de respeito. Quer gostemos ou não, as eleições aconteceram, as pessoas foram eleitas, ou não foram, e o que me perturba não é essa falta de respeito ao resultado das urnas. Questionam-se as urnas, inclusive quem foi eleito por elas. E sempre de forma muito malandra. O Deputado Tadeu colocou ali de forma muito clara. O que esse Sargento fez é passível de ação imediata, é uma ação criminosa. Hoje, por exemplo, o Lula anuncia a transição do Governo, que a União Brasil, que tem muitos Deputados aqui, que o PSD, que tem a maior bancada que foi eleita aqui, e que o MDB fazem parte da base de apoio do Governo Federal, do próximo Governo Lula. Isso é democracia. E aqui tem gente que se diz democrata e que toda ação, todo pronunciamento e toda atitude vêm no sentido de estimular. Esses caras não são malucos, não. O que estamos nos deparando é com golpistas. É com criminosos, com gente que aponta armas em igreja e vão rezar em quartel. Temos que ter respeito. Não basta dizer que é democrata. Temos que ter atitude...

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Pois não, Deputada.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Quero parabenizar V.Ex.^a pelo seu pronunciamento. E essa preocupação que V.Ex.^a traz neste momento, não só com o nosso Estado, mas com o nosso País. Como V.Ex.^a disse, as eleições

passaram. Tivemos o primeiro turno, no qual fomos eleitos ou não eleitos, mas que ninguém questiona o primeiro turno. E já no primeiro turno o Presidente Lula venceu as eleições com 57 milhões de votos, quase 6 milhões a mais do que o segundo colocado. Agora, passamos pelo segundo turno. Lula vence novamente as eleições. Mas agora é questionada a questão das urnas. Por quê? Por que só o segundo turno? Então, todos devemos renunciar. Quem foi eleito deve renunciar também e deve ser feita uma nova eleição. Se houve fraude no segundo turno, por que não se questiona o primeiro turno? E se questionar o primeiro turno, o Lula já foi vencedor no primeiro turno. Então, não tem por que questionar novamente. Então, quero me somar a V.Ex.^a na preocupação de que no momento temos é que trazer paz no País. Temos que ter união no País. Queremos o melhor para o Brasil. E sabemos que, neste momento, o melhor para o Brasil é o respeito. Respeito ao resultado das eleições e respeito às pessoas. É o que não estamos vendo neste momento, porque quem não aceita o resultado está propagando o ódio, raiva e violência. E isso não leva a nada. Queremos, sim, um Brasil para todos, mas queremos um Brasil de paz. Obrigada pela oportunidade, pelo espaço que me deu e parabéns pelo seu pronunciamento.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Luciana, uma das grandes saudades que vou ter daqui é você. Que não basta ser mulher, tem que ser mulher como você, Luciana, com postura, com coerência, com essa tua tranquilidade e compromisso. Vou sentir muita falta de você. Está certo? E agradeço as palavras que você me dirigiu. Luciana, o PT eu enfrento desde o movimento estudantil. Tenho 60 anos. Entrei na faculdade com 17. Já ganhei eleições do PT e já perdi. Agora, vou dizer para você, é um Partido que respeito muito. Respeitei quando ganhei e respeitei quando perdi. Democracia é isso. Democracia não é o que está acontecendo neste País. Demorei muito para falar, porque, depois da eleição, com a minha derrota, grande parte dos meus eleitores votaram no Bolsonaro. Eu votei, no primeiro turno, na Simone Tebet. No segundo votei no Lula. E o que pesou, para mim, foi a questão da democracia, foi a questão do respeito, foi a questão dos compromissos com as políticas públicas. E acho que passou da hora de aqui nos omitirmos. Essa omissão nossa está fortalecendo esse discurso do ódio, da

intolerância. Esse discurso do golpe. Esse discurso daqueles que parece que esqueceram a história. Esqueceram o que foi a ditadura militar neste País. E vir aqui fazer discursinho de esquerda, direita, é um discurso muito fácil de ser feito. Viva a democracia brasileira! Questionar o resultado das urnas é algo extremamente, se alguém acredita nisso, é ingênuo. E se alguém não acredita e fala, é criminoso. Por isso, venho aqui hoje para dizer que toda tentativa, como o Tadeu falou aqui desse tal de Sargento, de quem quer que seja, não importa a graduação dele, como eu disse outro dia no grupo dos Deputados, e todos os Deputados e Deputadas aqui acompanharam, perder é duro. Perdi, mas dois dias depois aceitei. Aceita que dói menos. Viva a democracia brasileira! Um abraço a todos. Boa tarde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Tercílio, boa tarde. Cumprimentando V.Ex.^a cumprimento cada Parlamentar que aqui está. Cumprimentando o pessoal que está aqui nas arquibancadas, sejam bem-vindos na luta justa pela nossa biblioteca, pelo Colégio Estadual. E a cada internauta que assiste e ouve a presente Sessão. Já foi abordado aqui por alguns Parlamentares, falado por outros do momento que o Estado do Paraná vive, de processos de terceirização, outra hora as privatizações e outra hora, posso colocar, como abandono do Estado, do seu papel. Na segurança pública, temos terceirização da atividade da gestão penitenciária e também da função do agente. Na questão da educação, além da terceirização da educação em si, há também terceirizações da merenda, e agora a terceirizações de escolas. Na saúde, vem agora a terceirização de unidades hospitalares, construídas com recursos do povo paranaense. Obras importantes, hospital de Guarapuava, hospital de Telêmaco Borba, hospital de Ivaiporã. Quero falar aqui, em especial, do hospital de Ivaiporã, que é no Vale do Ivaí, que é a região que atuo politicamente e na qual resido. O sonho da cidade de Apucarana é ter um hospital público. Viemos debatendo esse assunto desde 2019, desde quando tomei posse. Tentamos fazê-lo pelo Estado e

agora estamos tentando fazer pelo município. Aportei recurso das minhas emendas, fiz emenda coletiva aqui com a assinatura de mais de 13 Parlamentares de Partidos distintos: do PT, do PSDB, do PSD, do PSL, porque a causa é suprapartidária, mas não temos o hospital. O atual Secretário da Saúde, Sr. Beto Preto, foi Prefeito da minha cidade de Apucarana e hoje estão vindos para cá processos de privatizações de hospitais. Agora acho que entendo por que Apucarana não teve hospital público, porque no processo de conceito de saúde pública de quem administra a Secretaria e de quem administra o Estado do Paraná, é do setor privado a responsabilidade. O termo privado vem de privação, de se privar o acesso, de se diminuir o acesso. E tem atividades que são essenciais do Estado que não podem ser privatizadas. A saúde é uma delas, a segurança é outra, a educação é outra. E temos que fazer um debate aqui, nesta Casa. Esta Casa vem perdendo espaço pela máquina de propaganda do Governo do Estado. Deputado Tadeu colocou um assunto importantíssimo aqui hoje. A PEC que está vindo para cá não é PEC do Bombeiro, é uma PEC de extermínio da função dos Deputados e uma PEC que faz com que o Estado terceirize algumas atividades ainda mais. Deixar de votar aqui, na Assembleia, cessão de terrenos públicos, de patrimônio, colocada em uma PEC de Bombeiro, é um desrespeito a esta Casa e ao povo paranaense. Autorizar, via PEC, a cobrança de dívida do Estado por terceiros, terceirizar a dívida, é um desrespeito a esta Casa e ao povo paranaense. Permitir qualquer diálogo em uma PEC que não trate dos assuntos do Bombeiro é um desrespeito. Recebi hoje, no meu Gabinete, a Associação dos Praças, que tem uma visão diferente da PEC. Recebi ao mesmo tempo Oficiais do Corpo de Bombeiros que defendem a separação. Muito importante esta Casa realizar uma Audiência Pública para ver a visão dos dois lados. Trazer a público o que cada um e cada uma pensa e construirmos um Paraná melhor, que a população não seja prejudicada no serviço prestado por essa gloriosa, respeitada e amada instituição que são os Bombeiros. O Estado do Paraná precisa ter diálogo de verdade. Acho que é um tema importante, acho que é um tema que tem que ser tratado em separado: sem *jabuti*, sem *jabuti*, sem um corpo estranho no processo que vai fazer com que seja aproveitada uma

oportunidade de, de repente, melhorar, aprimorar o serviço ou de fazer uma reflexão que precisa ser refeito para colocar coisas que vão prejudicar o povo paranaense. Olha, esta Casa aqui é uma das Casas que tem o papel essencial na dinâmica de desenvolvimento econômico e social, mas sobretudo de Justiça ao povo paranaense. Não podemos ser tratados dessa forma, e quando falo nós, refiro-me a cada um dos parlamentares que estão aqui, aos 54. Não pode o Governo do Paraná mandar uma coisa apressada. Vocês viram o que aconteceu com a Copel? A Copel foi, de ontem, há sete dias, em uma semana, em sete dias, veio o Projeto de Lei, foi votado em urgência, não foi discutido e foi vendida, foi privatizada. Agora a mesma pressa pode fazer com que um Projeto tão importante, que é a PEC dos Bombeiros, seja tratada em regime de urgência, seja cerceada a discussão, a participação e cometamos outras injustiças que não estavam em pauta. Mais uma vez o Governo do Estado do Paraná não contou isso para a população. A venda da Copel, por exemplo, Deputado Tercílio, representa vender 7 milhões de megawatts que produz a Copel. Sabe quanto a Itaipu produz? Quatorze! A Copel produz 6.6. O Brasil vende metade da sua energia. Vender a Copel significa praticamente vender a metade da geração de energia que o Brasil consome. Em um debate de sete dias! Não entendo por que esse prazo tão rápido. Não entendo por que...

Deputado Tiago Amaral (PSD): Deputado Arilson, permite-me um aparte?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pois não, Deputado.

Deputado Tiago Amaral (PSD): Deputado Arilson, apenas fazer uma ponderação com V.Ex.^a. Falava ainda há pouco o Deputado Tadeu, o Deputado Requião, em relação a esse dispositivo da PEC. Veja, é importante observarmos que dívida ativa ou débitos com o Estado são débitos regidos pelo Direito Público, não pelo Direito Civil. O Direito Civil, a relação entre partes, pessoas, cidadãos, sim, essa você pode entrar no Direito Civil, fazer uma terceirização de venda ou coisa que o valha. No Direito Público, na dívida ativa, é uma relação entre Estado e cidadão. Nesse caso, é impossível que você delegue, de fato, a cobrança de uma dívida,

até porque essa é uma ação típica de Estado. E o que determina isso não é a Constituição Estadual, o que determina isso, de fato, é a Constituição Federal. As decisões já, várias decisões que temos do próprio STF em relação a esse tema. De verdade, não tenho, não consigo compreender o tamanho e a dimensão dessa preocupação, até porque essa é a única Constituição do Brasil que trata desse tema. Agradeço o aparte, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado Tiago, como V.Ex.^a é um Deputado muito preparado tecnicamente, vou deixar duas perguntas para V.Ex.^a: primeiro, o que foi privatizado pode ser tratado nesta cobrança terceirizando; e segundo, no meu entendimento, está terceirizado o mecanismo de cobrança também. Então, assim, vamos debater isso bastante, terá bastante tempo. Espero que vocês tirem o regime de urgência devido à dúvida que V.Ex.^a tem. Inclusive é necessário tirar o regime de urgência da PEC, para discutirmos realmente isso. Mas o fato é qual a relação que isso tem com o Corpo de Bombeiros? Nenhuma! Não tem relação alguma!

Deputado Tadeu Veneri (PT): Permite um aparte, Deputado?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Permito.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Bem rápido. Falei com o Deputado Tiago também, o Deputado Tiago contou e temos, sim, essa preocupação. As dívidas de Copel, as dívidas de Sanepar, as dívidas de Compagas, as dívidas feitas com as grandes empreiteiras feitas com o Estado do Paraná, que são pessoas jurídicas, mas feitas com o Estado ou com terceiros, é precisoclarear, é precisoclarear porque é aquela história, não é, não acredito em bruxas, mas que existem, existem.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Estamos com sinais claros de que a PEC dos Bombeiros será prejudicada. Quero pedir a sensibilidade do Deputado Marcel, que é o Líder do Governo, em analisar essas três questões: no que toca às dívidas, no que toca à venda de terrenos sem autorização legislativa e a contratação de pessoal sem concurso ou processo seletivo. É muito sério tudo

isso! Estamos colocando em discussão um tema que precisa ser debatido com a sociedade. Coisas que não cabem neste momento. E que se for feito isso, a Oposição vai judicializar o processo, vai entrar na Justiça contra a PEC, por conta do famoso *jabuti*. Acho que estamos sofrendo muito. Já há a taxação do agro, teve a intenção, a taxação das bebidas não alcoólicas, a taxação da tarifa modal, a venda da Copel, e agora mais isso, tratado de forma rápida. A minha pergunta, Presidente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Arilson, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A minha pergunta é por que tamanha pressa? A minha pergunta é por que não o debate público sobre isso? Acho que o Governo tem condições de recuar e recuar não significa ceder totalmente. É ter o bom senso, Deputado Marcel, de ouvir todas as partes agora. Se não fizermos esse movimento, vamos penalizar parte da sociedade paranaense, ou ela como um todo, pela falta do debate. E vimos durante esse processo eleitoral dos dois lados, dos lados que participaram, todo mundo dizia da importância de ter diálogo. Diálogo para existir precisa ter um gesto. O Governo do Estado estende a mão porque o povo do Paraná já estendeu e quer conversar para não avançar essas modificações que, na minha avaliação, prejudicam o nosso povo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. O mais importante acho do que tudo que ouvimos aqui na Casa, é que fica gravado nos Anais desta Assembleia. Quero pedir a sensibilidade dos Deputados, mas, principalmente, do nosso Líder da Oposição, Deputado Arilson, que tudo isso que ele pede ao Governo do Estado: a sensibilidade, a condução, a racionalidade, o equilíbrio, possamos ter entre o Governo Federal que se elegeu com o Governo do Estado que ganhou a votação com mais de 70% dos votos. É essa a relação que vimos no passado, e o Paraná sofreu enormemente sanções

penosas. E o povo paranaense pagou porque a retórica, a fala do Deputado aqui de Oposição, na hora que vai, de forma institucional, conversar com esse Governo que aí se elegeu, não se concretiza. Lembro muito bem, eu era o Presidente da AMP, Presidente de todos os Prefeitos do Estado do Paraná, e as sanções que o Governo Federal tinha com o Governo do Estado. Não aprovava os empréstimos. Fomos o 23.^º Estado da Federação a receber recursos federais. Então, isso tudo que o Líder da Oposição fala do Governo do Estado, e aqui quero dizer a todos, sempre pela minha liderança, sempre busquei o entendimento, a construção e sempre dei forças a esta Casa, ouvindo todos os Deputados. Logicamente, principalmente Deputados da Base, que me ajudaram a construir vários entendimentos, mas sempre construindo com a própria Oposição vários temas que vejo aqui muita gente aplaudindo lá, mas que se não tivesse entendimento aqui comigo, Líder, não tinha acontecido. Então, peço, e aí V.Ex.^a me olha atentamente, Arilson, que aquilo tudo que V.Ex.^a está dizendo aqui de pedido, de exercício, de tolerância, de ouvir mais, tenho feito pela liderança e muitos entendimentos têm acontecido pela forma como tenho liderado. Não tenho patrolado aqui, tenho ouvido esta Casa, e esta Casa continuará sempre forte pela maneira e o entendimento que estamos tendo aqui. Oxalá, quero ver se isso vai acontecer com o Governo Federal e com o nosso Governo do Estado do Paraná nas relações institucionais. É isso que queremos ouvir de V.Ex.^a aqui no próximo mandato: como é que se comportará esse alinhamento que V.Ex.^a pede do nosso lado de cá, se teremos do lado de lá, para que o Estado do Paraná não seja prejudicado. Um Estado que cresce, que avança, que gera emprego, que tem governança, sim, que não tem ato de corrupção, que ninguém foi preso do nosso Governo, e possamos ter responsabilidade política, mas, acima de tudo, equilíbrio e espírito público para continuarmos conduzindo os destinos dos paranaenses. E aqui quero dizer a todos vocês: que esta Casa continuará forte, sempre forte, por meio dos entendimentos que estamos tendo aqui. Tenho buscado sempre, o Deputado Tadeu sabe disso, o Deputado Arilson, a Deputada Luciana, Requião, todos que estão aqui na Oposição. Muita coisa que passou e aconteceu aqui foi por entendimento. E acabamos de ouvir o Deputado Tadeu, acabamos de ouvir

aqui também o Deputado Arilson, estamos ouvindo opiniões, mas na teoria pode não ser aquilo que V.Ex.^{as} falaram aqui, e se tiver erros corrigiremos. Por isso que busco sempre ter equilíbrio na minha fala, para que possamos buscar sempre aquilo que é melhor para o Estado do Paraná. Queria agradecer a todos os Deputados e pela minha Liderança continuarão sempre, até o final da minha liderança, o entendimento e a construção para um Estado cada vez maior.

Deputado Tiago Amaral (PSD): Peço um aparte, Deputado Marcel. Deputado Marcel, é importante esclarecer também, nosso querido Líder, que acho que a grande vitória e o grande avanço que foi atingido hoje é uma reunião conjunta que tivemos na Casa Civil, ou melhor, na sala de situação do Governo do Estado, com a presença do Secretário de Estado da Casa Civil, a equipe técnica do Depen, a equipe técnica da Sesp, Parlamentares que aqui estão da Comissão de Segurança, Parlamentares independentes, em um avanço importante em uma das discussões que têm sido aqui lideradas por V.Ex.^a, e está aí uma demonstração muito clara da abertura para o diálogo que traz resultados. Uma das preocupações enormes que se tinha foram equacionadas, hoje, nessa reunião que envolvia a questão da atividade do policial penal, e isso continua garantido pela Constituição, em uma redação feita que efetivamente dá a segurança ao policial penal das suas prerrogativas e das suas funções, até porque temos que lembrar, Deputado Marcel, que foi este Governo que deu a nova estrutura do quadro dos policiais penais. Foi este Governo que concedeu também a autonomia para que os policiais penais fossem os únicos a conduzir e dirigir o Departamento Penitenciário. Um avanço histórico. Então, acho que essas questões devem ser tratadas aqui. E mais uma vez, neste dia de hoje, parabenizo a vossa liderança, e fica claro aqui, apesar das dificuldades de tempo, o amplo debate que está sendo feito.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Eu que agradeço, Deputado Tiago, e é isso que queremos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): A palavra para o orador. Som para o orador.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Só queria terminar aqui, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, para concluir, Deputado.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para concluir. *Jogar para galera* é fácil, mas ter a responsabilidade como Líder que estou tendo aqui, de ter entendimento e bom relacionamento, não é simples.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Natan Sperafico (PP), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichenbach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), e Tiago Amaral (PSD) (50 Parlamentares); Deputado ausente com

justificativa: Gilberto Ribeiro (PL), conforme § 3.º, Inciso I art. 97 do Regimento Interno (1 Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa: Jonas Guimarães, Ricardo Arruda (PL), e Tião Medeiros (PP) (3 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 512/2022**, do Deputado Gilson de Souza, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Ponte, com sede no município de São José dos Pinhais; **Autuado sob o n.º 513/2022**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Abas Largas de Borrazópolis, com sede no município de Borrazópolis; **Autuado sob o n.º 514/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Representação Central Ucraniano Brasileira com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o n.º 515/2022**, do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Capital do Agronegócio do Sudoeste do Paraná ao município de Dois Vizinhos; **Autuado sob o n.º 516/2022**, do Deputado Anibelli Neto, que concede o Título de Capital Estadual da Bala de Banana ao município de Antonina.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 370/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 62/2022, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Centro de Cultura Teatro Guaíra – CCTG. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Emenda da CCJ. Vamos apreciar neste turno emenda aprovada em 2.ª Discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, *pela ordem*. Senhor Presidente, enquanto...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só enquanto não apura o resultado. Só fazer uma referência aqui, Sr. Presidente. Esta Casa sempre foi extremamente democrática. Ontem, tivemos um episódio infelizmente muito, mais um, deprimente, em Guaíra, quando um Vereador do PT, José Cirineu, fez o seu discurso e ao sair encontrou pessoas que não admitiam que estivesse falando da forma como falou. Apesar de tudo, manteve-se sereno e tranquilo. Então, fica aqui a nossa solidariedade ao José Cirineu lá de Guaíra, e acho que essas coisas não podem continuar acontecendo no Paraná e no Brasil todo, mas fica o registro e acho que esta Casa sempre é solidária com qualquer tipo de intolerância, contra qualquer tipo de intolerância.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, esta Presidência e tenho certeza de que todos os demais Deputados são terminantemente contrários a qualquer ato antidemocrático e principalmente de agressão a qualquer Parlamentar que tenha enfim sido eleito pelo voto, legitimado pelo voto popular. Da mesma forma, já me pronunciei e volto a me pronunciar: As eleições se encerraram, não há mais o que se contrapor, é um fato consumado. Acho que temos que olhar o Brasil pela frente e desejar sucesso ao novo governante. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco**

Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cobra Repórter, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Mauro Moraes, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a emenda.**

ITEM 2 – 2.^ª Discussão do Projeto de Lei n.^º 132/2021, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que institui o Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política Contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e Periféricas. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados e Deputadas, enquanto estamos em processo de votação, um comunicado. Em função do jogo do Brasil na segunda-feira, faremos a Sessão postergada de segunda na terça-feira, Sessão Ordinária, uma Extra da Sessão Ordinária e na sequência uma Sessão Ordinária normal de terça-feira. Mas, o expediente da Assembleia Legislativa continuará como o previsto no Ato já publicado. E também para informação será disponibilizada no site da Assembleia a pauta de terça-feira.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Dá para enviar a tabela por escrito, Presidente? Porque me perdi nisso aí! Não tem na segunda, tem na terça!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Teremos a Sessão de segunda postergada para terça, uma Ordinária, teremos uma Extraordinária na sequência e depois a Sessão de terça normal, Sessão Ordinária.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, todas no período da tarde, certo?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Todas no período da tarde. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (32 Deputados); **Votaram Não:** Del. Fernando Martins, Gilson de Souza, Homero Marchese e Marcio Pacheco (4 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Jacovós, Elio Rusch, Galo, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Natan Sperafico, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet e Tião Medeiros (18 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e 4 votos contrários, **está aprovado o substitutivo geral.** (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável dos Deputados Galo e Soldado Adriano José.)

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, “sim” para mim, por gentileza. A minha máquina *deu pau* aqui!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado. Devidamente registrado.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Presidente, voto “sim” também do Soldado Adriano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 327/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 56/2022, que dispõe sobre os serviços de transporte ferroviário de pessoas e bens do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Emenda da CCJ. **Emendas de Plenário aguardando parecer da CCJ.** **Está retirado de ofício por esta Presidência.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 462/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 88/2022, que acrescenta a função de biomédico ao cargo de promotor de saúde profissional, da carreira de promotor de saúde, no Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS, instituído pela Lei n.^º 18.136, de 3 julho de 2014. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Segurança Pública. Regime de urgência. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a emenda. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim” a todos os Deputados da Base.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Só dar um informe, Sr. Presidente. Acabei de receber a notícia de que o agressor do Neno, o músico que foi recentemente, aqui em Curitiba, brutalmente agredido no centro da cidade, que o agressor finalmente foi preso definitivamente. Acho que vários Deputados se manifestaram, o Deputado Romanelli, vimos também a manifestação do Secretário da Segurança. Então, acho que é uma demonstração de justiça. Obviamente esperamos o julgamento, mas a prisão preventiva foi decretada. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão, Boca Aberta Junior, Mabel Canto e Requião Filho. Seu voto é “sim” ou “não”. “Sim”. Vamos, então, encerrar a votação: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Del. Jacobós, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (8 Deputados).]** Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 462/2022. Quarenta e sete votos... Acabou entrando o voto aqui. Quarenta e seis votos favoráveis. Está aprovado o Projeto.**

Vamos submeter ao voto a emenda agora, Sr.^s Deputados. Em discussão a emenda. Em votação a emenda.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, permita só agradecer ao Líder do Governo pelo empenho para que pudéssemos aprovar esta emenda que é de minha autoria e do Deputado Evandro Araújo, que resolve um problema muito importante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, seu voto. Deputados Artagão, Goura e Guto Silva.

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD): Senhor Presidente, estou tentando aqui, mas... Meu voto é “sim”.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Os Biomédicos terão franquia no Athletico, Romanelli? É isso?

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Já convidei V.Ex.^a a ser torcedor do nosso Furacão, não é, Deputado Tadeu Veneri! Sei da sua paixão pelo Paraná, mas, considerando que há um período de recesso sabático do Paraná...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura, seu voto.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Sou tricolor de coração!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[*Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson*

Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a emenda.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 470/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 90/2022, que cria o Conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Regime de urgência. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto, ressalvada a emenda. Em votação. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Galo, seu voto. Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Ricardo**

*Arruda e Tião Medeiros (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 470/2022.***

Vamos submeter ao voto a emenda. Em discussão a emenda. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem, Deputado Cobra Repórter.*

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): O Deputado Marcio Nunes está pedindo a V.Ex.^a autorização para fazer o quadro que ele tem aos domingos para todos os Deputados aqui como encerramento do ano. Então, se o senhor autorizar, ele quer cozinar para todos os Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Fazer o quê? Um quadro?

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): O quadro que ele faz aos domingos, vai ser apresentador de televisão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Marcio já tem a autorização expressa de todo o colegiado desta Casa. E a pergunta que não quer calar é se ele, após as eleições, continuará fazendo esse almoço dominical.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): As eleições já passaram, Presidente. Já fui eleito, já! Estou fazendo, continuei.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): As eleições passaram, mas queremos que V.Ex.^a continue os quatro anos fazendo isso! Vamos votar, Sr.^s Deputados. Muitos Deputados não votaram ainda. Deputado Boca Aberta, seu voto. Cantora Mara Lima, Delegado Fernando, Paulo Litro, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano e Tadeu Veneri.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Del. Jacobó, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a emenda.**

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 487/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 97/2022, que altera dispositivos da Lei n.^º 11.580, de 14 de novembro de 1996, que trata do Imposto sobre Operações Relativas de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, com fulcro no inciso II do §2.^º e no §30 do art. 155 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal n.^º 87, de 13 de setembro de 1996. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Regime de urgência. Vamos submeter ao voto o

Projeto, ressalvada a emenda na forma da subemenda. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede aos Deputados da Base o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*não*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço voto “*sim*” aos Deputados da Base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, por favor, vamos votar.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Gostaria de pedir aos Deputados, novamente, da Base para votarem “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (36 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (9 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (9 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e 9 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 487/2022.**

Agora, vamos submeter à apreciação a emenda, na forma da subemenda. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não”.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, essa é uma emenda para dar 60 dias de *vacatio legis*. Ela é boa para a sociedade paranaense. *Vacatio legis*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Soldado Fruet quer tirar uma dúvida, Deputado Homero. O Deputado Soldado Fruet quer tirar uma dúvida com relação a essa sua colocação.

DEPUTADO GALO (PP): Como é que chama o negócio aí, Deputado Homero?

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): *Vacatio legis* é o tempo para que a lei entre em vigor. Essa emenda diz que ela só vai entrar em vigor em 60 dias.

DEPUTADO GALO (PP): Chama-se *vacatio legis*? Mas esse não é um termo jurídico, para nós aqui? Sou leigo, não sou jurista.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): É. Deveria usar outra expressão mesmo. Tem razão.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Deputado Homero, desculpe, mas a sua emenda não entra? Não são 180 dias?

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Esse foi um acordo, Deputado Romanelli, com o Governo. Pedimos 180, o Governo fechou em 60. Na impossibilidade de ganhar mais, ficamos com 60 mesmo.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Não. É que a emenda que está aqui é uma emenda de 180 dias, por isso que perguntei.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Por isso que foi apresentada uma subemenda.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, mas a Casa, infelizmente, não está no nosso sistema.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Que sejam 180.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcel, o seu voto. Deputados Marcel, ainda aberto, Artagão, Michele, Natan e Sperafico.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Estou tentando votar “*não*”. Fica tranquilo. Presidente Traiano, gostaria, estou tentando aqui registrar o meu voto “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (38 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (7 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Natan Sperafico, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (9 Deputados). Com 38 votos favoráveis e 7 votos contrários, **está aprovado a emenda. Trinta e oito “sim” e 8 “não”, com o voto**

do Deputado Michele Caputo. Está aprovada a emenda, na forma da subemenda.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 494/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 104/2022, que altera a Lei n.^º 11.580, de 14 de novembro de 1996, que trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, para introduzir as modificações decorrentes da publicação da Emenda Constitucional n.^º 123, de 14 de julho de 2022 e da Lei Complementar Federal n.^º 194, de 23 de junho de 2022, e dar outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. O Projeto está em regime de urgência. Há um **Requerimento n.^º 3660/2022** do Deputado Homero Marchese, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.^º 494/2022 pelo prazo de 1 (uma) Sessão.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar o requerimento, Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Gostaríamos de dar à sociedade civil alguns dias a mais para tentar convencer o Governo a não subir tributo no Estado. Por isso, esse pedido de adiamento por uma Sessão. O Projeto está regime de urgência e voltaria na segunda-feira. Então, peço o voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como encaminha o Líder.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “não”. Queremos pautar o Projeto agora e votar.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim” ao requerimento do Deputado Homero Marchese.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Novamente, faço um apelo aos Deputados da Base. Já está construído esse entendimento, queremos que se vote agora. Peço o voto “não” neste momento. Voto “não” aos Deputados da Base. Mais uma vez peço aos Deputados da Base voto “não”. Há um entendimento de todos os Deputados, com o setor também e vamos votar agora.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos do Delegado Jacovós, Artagão, Bazana e Natan Sperafico. O Artagão está votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Goura, Coronel Lee, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (12 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Natan Sperafico, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (9 Deputados).] Com 12 votos favoráveis e 34 votos contrários, **está rejeitado o requerimento.** Está derrubado o requerimento.

Vamos agora, então, à votação do Projeto, ressalvadas as emendas. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Serei bem breve. Peço autorização para falar daqui. Esse Projeto aumenta algumas alíquotas de ICMS no Estado. Água mineral e bebida alcóolica, dos atuais 18 para 19; artefatos de joalheria, de ourivesaria e suas partes, dos atuais 18 para 19; produtos de tabacaria, dos atuais 18 para 19; e o principal aumento nos itens de águas gaseificadas, adicionadas de açúcar e de outros edulcorantes ou aromatizadas, refrigerantes, refrescos e outros, cervejas sem álcool e isotônicos, dos atuais 18 para 20%. Também reduz seguindo uma determinação da Lei Federal a alíquota de itens essenciais, como energia elétrica, combustíveis e gás natural, embora de outro lado aumente a alíquota geral, a alíquota modal do ICMS, dos atuais 18 para 19%. Enfim, no resumo geral é uma lei que aumenta tributo no Estado do Paraná. Temos acompanhado com atenção as prestações de contas do Governo do Estado do Paraná nos últimos anos. Ano a ano tem apontado resultados melhores do que do ano anterior. Tivemos um resultado primário de 7 bilhões no último ano, no último semestre também a mesma coisa. É verdade que a aprovação da lei federal pode apresentar algumas dificuldades no ano que vem, mas isso tudo ainda é eventual. O Supremo Tribunal Federal ainda analisa ações que discutem o impacto da lei federal para o ano que vem. Acredito que o Estado precisa fazer mais com menos, não pode ao mesmo tempo em que aumenta tributo, também cria despesa. No meu ponto de vista, o dinheiro tem que ficar na mão de quem produz. Isso é bom para as pessoas, é bom para as empresas e é bom, no final das contas, para o Estado que, em vez de diminuir, deve aumentar a arrecadação. Então, o meu voto é “não”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não” ao Projeto de aumento de ICMS.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, sabendo de todas essas tratativas que vêm em nível federal, entendendo da necessidade,

construindo entendimento com o setor, pede o voto “sim” aos Deputados da Base. Mais uma vez faço um apelo e um pedido aos Deputados da Base. Em nome do Governo, peço a todos os Deputados da Base para votarem “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Inclusive Vossa Excelência, Deputado Marcel. Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão, Natan e Plauto Miró. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (33 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Coronel Lee, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (12 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Natan Sperafico, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (9 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e 12 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 494/2022.**

Há um **Requerimento n.^º 3667/2022** sobre a mesa, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, solicitando destaque das Emendas de Plenário n.^{os} 3 e 4 na forma de Subemenda Substitutiva Geral da CCJ apresentadas ao Projeto de Lei n.^º 494/2022. Em discussão o requerimento.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição construiu uma emenda para corrigir o estrago feito pelo Projeto do Governo quanto às bebidas não alcoólicas. Fizemos uma emenda supressiva, retirando o aumento. Ao votar o requerimento e fazer a votação como pede o Líder do Governo, a emenda da Oposição fica prejudicada. Por isso, votamos “não” ao requerimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcel, por favor, como encaminha o voto?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço aos Deputados da Base o voto “sim”. Mais uma vez peço aos Deputados da Base o voto “sim”. Faço esse pedido aqui em nome do Governo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Bazana votou, Coronel Lee, Dr. Batista, Deputado Goura, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Natan, Soldado Adriano. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (33 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (9 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Coronel Lee, Del. Jacovós, Dr. Batista, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Marcio Pacheco, Natan Sperafico, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (12 Deputados).]** Com 33 votos favoráveis e 9 votos contrários, **está aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Vamos submeter ao voto agora as emendas n.^{os} 3 e 4 na forma da subemenda substitutiva geral da CCJ. **Sempre informando que, em sendo aprovada essas duas emendas, a emenda n.^º 1 está prejudicada.** Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição, Presidente, vai encaminhar o voto contrário, porque somos contra qualquer tipo de aumento neste momento. Não adianta a diminuição que foi proposta na subemenda que está sendo colocada e a nossa emenda que vetava, ou melhor, que suprimia isso, fica prejudicada. Votamos “não”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*. Apenas para esclarecimento. As emendas n.^{os} 3 e 4 é que estão sendo votadas agora?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Três e 4 do substitutivo, na forma do substitutivo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Para encaminhar, por favor, Presidente. Dá tempo ainda ou não?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Já está em votação.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Ok, Presidente.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhor Presidente, apenas enquanto os Deputados vão votando, fazer aqui o reconhecimento do amplo debate que foi feito em relação a esse tema tão caro para nós que é o tema das indústrias de bebidas aqui no Estado do Paraná. Depois de muito debate que foi feito, fizemos a apresentação de uma emenda, Deputado Romanelli, Deputado Tiago Amaral, em

conjunto com os demais Parlamentares aqui desta Casa, liderados pelo nosso Líder do Governo, Marcel Micheletto, e acordado com as entidades e associações que representam os segmentos, e industriais também do segmento, tanto as multinacionais como também principalmente as nossas locais, que inclusive muitas estão aqui representadas. E o acordo que foi feito foi justamente compreender a situação do Estado, que a majoração que antes estava para 25%, ficaria, portanto, 18, mais 2, sendo esses 2 a contribuição para o Fecop, que é o Fundo de Combate à Pobreza do Estado do Paraná. Então, isso é que está entregue nesse relatório, é isso que está entregue, em formato de subemenda, nessas duas emendas, números 3 e 4. Então, parabéns aqui à liderança do Governo, ao próprio Governador, que deu respaldo para isso, e a todos os Parlamentares que estiveram desde o começo debatendo, discutindo e construindo uma solução melhor para defender os empregos e as nossas empresas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou encerrar a votação então, Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (30 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Coronel Lee, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos e Requião Filho (10 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Batista, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Marcio Pacheco, Natan Sperafico, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (14 Deputados).] Com 30 votos favoráveis e 10 votos contrários, **estão aprovadas as emendas n.^{os} 3 e 4 na forma da subemenda substitutiva. (Prejudicada a Emenda n.^º 1.)**

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 495/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 105/2022, que estabelece os indicadores e critérios previstos no inciso III do art. 1.^º da Lei Complementar n.^º 249, de 23 de agosto de 2022. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Educação. Regime de urgência. **Emendas de Plenário aguardando parecer da CCJ. Está sendo retirado de ofício por esta Presidência.**

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 497/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 108/2022, que dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada as emendas. Em discussão o Projeto. Em votação o Projeto. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não” ao Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcel, como encaminha o Projeto?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Voto “sim”, Presidente. Peço a todos os Deputados da Base o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados e Deputadas e servidores desta Casa, gostaria de fazer uma solicitação. Há uma campanha da Assembleia, Campanha de Natal Compromisso e Amor. Doe brinquedos e alimentos não perecíveis. Temos no *hall* de entrada da Assembleia, no prédio, disponibilizados os ambientes para doações. Senhores funcionários, servidores, Deputados, contribuam, porque o objetivo, além de oferecermos essas doações aos próprios servidores da Casa, que têm necessidade, empresas terceirizadas, o objetivo é atender também às pessoas carentes em bairros escolhidos aí na cidade. Gostaria de contar com a contribuição. Votação

encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (31 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Coronel Lee, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (11 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Michele Caputo, Natan Sperafico, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (12 Deputados).] Com 31 votos favoráveis e 11 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 497/2022.**

Há um **Requerimento n.º 3592/2022** também sobre a mesa, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando a discussão e votação uma a uma das Emendas apostas ao Projeto de Lei n.º 497/2022. Em discussão o requerimento.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor Presidente, para encaminhar o requerimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Temos três emendas, uma que mantém o CEP como entidade autônoma, uma que mantém os cargos do CEP também, e a terceira que faz com que a Biblioteca ingresse, seja vinculada à Secretaria de Governo. Então, assim, temos que votar em separado, porque em duas emendas que vão fazer uma correção muito boa, e a última que trata da Biblioteca, que vai prejudicar a autonomia da Biblioteca. Então, estamos pedindo voto em separado de uma a uma, porque se votar em bloco vai nos obrigar a votar contrário a ela, e

aí vai prejudicar as boas, e se votar assim será outro problema. Então, assim, tem que ter sensibilidade neste momento de fazer votação individual.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, para encaminhar. Não entendo. Fizemos um entendimento, construímos, e agora querem voto um a um aqui. Construímos com o Goura, foi feito o pedido da Biblioteca, conduzimos, fizemos todos os encaminhamentos, construindo com a Oposição e agora um a um. Peço voto “não” aqui aos Deputados da Base, porque não há necessidade de fazer voto um a um, até porque já chegamos a um entendimento com a Oposição até agora há pouco.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, não houve entendimento com a Oposição. Sou o Líder da Oposição aqui, não tratamos disso, não houve entendimento.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Vamos para a votação.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Não, mas não aceito que fale que teve entendimento com a Oposição. Põe a gente aqui em uma situação que não é, cara, teve encaminhamento sobre as duas primeiras. Estou sendo franco como sempre fui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, vou contribuir para o debate. Acho que isso realmente, Deputado Marcel, o Deputado Goura fez um contato com a Casa Civil, com alguns servidores da Biblioteca e construíram entendimento. E é a esse entendimento que a Base de apoio do Governo está se referindo, não foi entendimento construído pela Oposição como um todo. Foi um ato, isso conversei ontem com o Líder da Oposição, com o Deputado Tadeu, foi uma atitude isolada do Deputado Goura. A Situação entendeu que foi entendimento, mas é importante dar essa explicação aqui.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO GOURA (PDT): Intermediéi, sim, uma reunião na Casa Civil, acho que preciso dizer que há um entendimento, fizemos essa reunião para apresentar as demandas das servidoras e a Casa Civil apresentou a proposta. Acho que, e assim, quero saudar a disposição do Líder ao diálogo, da construção, do Deputado Marcel. E como falei em Plenário, em tribuna ali, às vezes agimos para reduzir danos, não é sempre o ideal, mas acompanho aqui o voto da Oposição. Gostaríamos, sim, de debater um item por item, mas reforço que há, sim, disposição do Líder para o diálogo, mas não houve um entendimento, até os servidores estão aqui plenamente sobre um acordo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos à votação, então, Sr.^o Deputados. Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Então, peço novamente o voto "não", para não ser um a um.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto "sim" da Oposição.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Voto "não" um a um.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sempre entendendo que o requerimento é votação uma a uma.

DEPUTADO GALO (PP): Tem que mudar o painel, Marcel.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está sendo mudado no painel. Acho que houve um equívoco. Não encerrei a votação.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço voto "não" naquilo que estava sendo encaminhado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos submeter ao voto novamente. Vamos votar novamente, porque o painel estava dando uma informação errada. Item 9. Então, vamos à votação. Agora está corrigido.

Deputado Marcel, o requerimento é do Deputado Arilson, não é de Vossa Excelência. É esse que está no painel.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Então, peço voto “não” aos Deputados da Base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Gente, infelizmente estou vendo aqui de novo, estamos com problema. Vamos ter que refazer a votação de novo.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, só desconsidera o nome do Deputado Marcel e bota o nome do Deputado Arilson que está certo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está retirado já.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pronto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Bom, a votação está encerrada.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Agora que está corrigido. Então, peço novamente o voto “não” aos Deputados da Base.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos da Deputada Cantora Mara Lima, Evandro Araújo, Marcio Pacheco, Luiz Carlos Martins, Michele Caputo e Tiago Amaral. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho e Tadeu Veneri (9 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli,

*Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (31 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Coronel Lee, Del. Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (14 Deputados).] Com 9 votos favoráveis e 31 votos contrários, está rejeitado o requerimento.*

Vamos submeter ao voto agora um **Requerimento n.º 3673/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando destaque das Emendas de Plenário sob n.ºs 1, 6 e 5, a última na forma da Subemenda da CCJ apresentadas ao Projeto de Lei n.º 497/2022. Em discussão o requerimento do Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço aos Deputados da Base agora o voto “sim”, Deputados da Base voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O voto é “não”, Presidente, vai estar prejudicada a análise individual de cada uma.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda muitos Deputados que não votaram, Sr.º Deputados, Cristina Silvestri, Evandro, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (33 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (7 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr.

*Batista, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (14 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e 7 votos contrários, **está aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)*

Agora, sim, vamos submeter ao voto as emendas n.^{os} 1, 5 e 6, ressalvada a subemenda. Aprovando a subemenda e a emenda substitutiva geral do Projeto, as demais estão prejudicadas. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”. Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, quero um minutinho para fazer uma explicação no encaminhamento. A Oposição, pela primeira vez, vai recomendar abstenção. Se votar da forma que está, ou ora prejudica o Colégio Estadual, ou ora prejudica a Biblioteca. Do jeito que está vamos prejudicar um ou outro. Então, a Oposição vai se abster. A Oposição queria a aprovação das emendas 1 e 2, e a rejeição da emenda 3. Votando em bloco, tem que escolher para quem fazer mal, e não gostamos disso. É abstenção.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Não tem mal algum, podem votar “sim”, com a consciência tranquila.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Boca Aberta votou, Deputado Paulo Litro, o seu voto ainda. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José,**

Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (32 Deputados); Votou Não: Homero Marchese (1 Deputado); Abstenções: Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Requião Filho e Tadeu Veneri (5 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico, Professor Lemos, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (16 Deputados).] Com 32 votos favoráveis, 1 voto contrário e 5 abstenções, estão aprovadas as emendas n.^{os} 1, 5 e 6, ressalvada a subemenda.

Agora, vamos submeter ao voto a subemenda, Sr.^o Deputados. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”, porque a subemenda mantém a Biblioteca subordinada à estrutura do Governo.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço aos Deputados da Base o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: [Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (32 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (7 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr.

Batista, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (15 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e 7 votos contrários, está aprovada a emenda da Comissão. Está aprovada a subemenda.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 458/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 81/2022, que denomina “Viveiro Florestal Luiz Sergio de Paula Knopki” o viveiro de mudas florestais da gerência regional de Campo Mourão e “Viveiro Florestal Mário Sérgio Rasera” o viveiro de mudas florestais do Núcleo local de União da Vitória, ambos do Instituto Água e Terra – IAT. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição também vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (39 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Del. Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Mabel Canto, Michele Caputo, Natan Sperafico, Ricardo Arruda, Tiago Amaral e Tião Medeiros (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 458/2022.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 492/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 102/2022, que revoga o §5.^º do art. 5.^º da Lei n.^º 17.046, de 11 de janeiro de 2012. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. **O Item 11 está retirado, em função de vista na CCJ.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.^ºs 3645 e 3646/2022, do Deputado Natan Sperafico, solicitando o registro de menções honrosas: à Loja Simbólica Cavaleiros de Salomão; e à Sr.^{ta} Laura Beal Catuzzo; **Requerimento n.^º 3658/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro e o envio de voto de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Dora Egah de Oliveira Reis; **Requerimento n.^º 3659, 3671, 3672 e 3675/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro de menção honrosa: ao Pastor Claudio César Custódio; ao Pastor Emerson Alves da Silva; ao Pastor Alessandro Rodrigues da Silva; e ao Presbítero Jessé Santos Manso; **Requerimento n.^º 3663/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando envio de moção de louvor e aplausos ao Stein Cascavel Futsal Feminino, campeã da Liga Nacional de Futsal; **Requerimento n.^º 3664/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, requerendo aquisição de uma ambulância para o município de Paiçandu; **Requerimento n.^º 3665/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando envio de expediente ofício DNIT/PR, requerendo informações sobre a previsão para a implantação de retornos na BR-163, trecho entre os municípios de Capitão Leônidas Marques e Santa Lúcia, nas localidades de Linha São José e São Sebastião; **Requerimento n.^º 3666/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de

Estado da Educação e do Esporte, requerendo a tomada das medidas cabíveis para a imediata suspensão do Edital de Credenciamento n.º 3/2022 da ParanáEducação, referente ao credenciamento para prestação de serviços de assistência gerencial das unidades escolares do Sistema Educacional do Estado do Paraná – Projeto Parceiro da Escola; **Requerimento n.º 3668/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, requerendo a retomada da Força Verde Mirim; **Requerimento n.º 3669/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de louvor ao enfermeiro Sr. Bruno Rafael Donola, por sua brilhante atuação em prol da saúde e da defesa da vida das famílias do município de Congoinhas; **Requerimento n.º 3674/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado da Saúde, requerendo a fiscalização e regulamentação da Lei n.º 2.153/2022; **Requerimento n.º 3677/2022**, do Deputado Requião Filho, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo a criação do Departamento de Mapeamento de Riscos Geológicos e Meteorológicos.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências:
Requerimento n.º 3661/2022, do Deputado Dr. Batista, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 5 de dezembro de 2022, para a solenidade de entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Nelson Barbosa.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 3647/2022**, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Rodrigo Estacho, solicitando a inclusão do Deputado Luiz Claudio Romanelli como coautor do Projeto de Lei n.º 297/2022; **Requerimento n.º 3653/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, requerendo nos termos do art. 105 do Regimento Interno, a suspensão a partir do dia 7 de novembro de 2022 da licença médica, a qual foi requerida para fins de tratamento

de saúde, a princípio por 60 (sessenta) dias, objeto do Requerimento n.º 3222/2022.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 3648/2022**, do Deputado Luiz Carlos Martins, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 1.º de novembro de 2022; **Requerimento n.º 3650/2022**, do Deputado Evandro Araújo, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de novembro de 2022; **Requerimento n.º 3651/2022**, do Deputado Delegado Fernando Martins, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9 de novembro de 2022; **Requerimento n.º 3654/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9 de novembro de 2022; **Requerimento n.º 3657/2022**, do Deputado Jonas Guimarães, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de novembro de 2022; **Requerimento n.º 3662/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 1.º de novembro de 2022; **Requerimento n.º 3670/2022**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 1.º de novembro de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência do impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a Sessão Plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 3649/2022**, do Deputado Evandro Araújo, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 1.º de novembro de 2022, antecipada para o dia 31 de outubro de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 3652/2022**, do Deputado Gilberto Ribeiro, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 29 e 30 de novembro de 2022.

Requerimento prejudicado.

Requerimento n.º 3.655/2022, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei aprovados em 2.ª Discussão e que não receberam emendas. **Requerimento prejudicado.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma **Sessão Extraordinária** na sequência e uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 5 de dezembro, postergada para terça-feira, com as seguintes **Ordens do Dia: Extraordinária:** 3.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 132/2021, 327/2022, 462/2022, 470/2022, 487/2022, 494/2022 e 497/2022; e 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 458/2022 e 492/2022; e **Ordinária:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 132/2021, 370/2022, 459/2022, 462/2022, 470/2022, 487/2022 e 494/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 272/2021 e 327/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 313/2020, 304/2022, 440/2022, 457/2022, 482/2022, 492/2022 e 500/2022 e do Projeto de Decreto Legislativo n.º 7/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h41, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)